Desempenho econômico-produtivo dos principais agronegócios da Mesorregião Oeste Catarinense (2000-2016)

Economic and productive performance of main agribusinesses of the Western Santa Catarina Mesoregion (2000-2016)

Eduardo von Dentz
Doutorando em Geografia – UFSC
Bolsista de doutorado CNPq
eduardovondentz@hotmail.com

Carlos José Espíndola
Doutor em Geografia Humana – USP
Professor titular do Departamento de Geociências – UFSC

<u>carlos.espindola@ufsc.br</u>

Resumo

Após o processo de reestruturação produtiva pelo qual passou a agricultura brasileira, datado da década de 1960 em diante os anos 2000 apresentaram um ciclo de crescimento da economia condicionado por fatores internos e externos. Nesse contexto, os agronegócios tiveram importante participação na composição da base geoeconômica do país. Na mesorregião Oeste de Santa Catarina, recorte espacial do presente artigo, entre os anos 2000 e 2016, as lavouras temporárias foram responsáveis por mais de 47% do valor bruto da produção de todo o estado, enquanto as lavouras permanentes somaram mais de 36% do total estadual. Com isso, identificar o comportamento, em termos de representação econômica, na mesorregião Oeste catarinense, das principais lavouras permanentes e temporárias, é o objetivo central deste texto. Buscou-se alcançar o objetivo com base nos indicadores de área colhida, quantidade produzida e valor bruto da produção. Assim, as áreas agrícolas apresentaram profundas transformações na estrutura produtiva da região, havendo um crescimento das lavouras temporárias, sobretudo da soja, em detrimento das lavouras permanentes, sobretudo as de abacate, goiaba, limão e pera.

Palavras–chave: Especialização produtiva. Lavouras temporárias. Lavouras permanentes. Oeste catarinense.

Abstract

After the productive restructuring process that the Brazilian agriculture experienced from the 1960s onwards, the 2000s presented a cycle of economy's growth conditioned by internal and external factors. Thus, the agribusinesses had significant participation in the composition of the country's geoeconomic base. Between 2000 and 2016, in the western mesoregion of Santa Catarina, which is the present article's space cut, temporary plantations accounted for more than 47% of the gross production value of the whole state while the permanent crops accounted for more than 36% of the state total. Therefore, the primary objective of this text is to identify the behaviour of permanent and temporary crops regarding the economic representation, in the western mesoregion of Santa Catarina. It was possible to achieve the goal through the harvested areas indicators, quantity produced and production gross value. Thus, the agricultural areas underwent profound transformations in the region's productive structure. Temporary crops, especially soybeans, grew at the expense of permanent crops, mainly avocados, guavas, lemons, and pears.

Keywords: Production specialisation. Temporary crops. Permanent crops. West of Santa Catarina.

1. INTRODUÇÃO

A mesorregião Oeste de Santa Catarina é constituída por 118 municípios¹ e possui uma população de 1.210.870 habitantes, o que representa aproximadamente 20% da população do estado de Santa Catarina. Desse total, cerca de 70% residem nas cidades (IBGE, 2010). Do ponto de vista econômico, a mesorregião Oeste catarinense foi responsável, em 2010, por 19,2% do PIB de Santa Catarina, além de possuir uma renda per capita de aproximadamente R\$ 20.500,00, o que significa a terceira melhor renda per capita de Santa Catarina, considerando todas as mesorregiões, ficando atrás apenas do Norte catarinense e do Vale do Itajaí (IBGE, 2010).

Além das atividades ligadas à agropecuária, que se configuram na principal atividade econômica da região Oeste catarinense, o setor metal-mecânico e os segmentos de madeira, móveis e fabricação de papel celulose são as suas principais atividades econômicas. Pesquisas do IBGE (2010) apontam crescimento da participação do setor de serviços (78%) na economia da mesorregião, sendo o setor que desponta com a maior parte da geração de renda na região. No entanto, considerando a amplitude de temas que podem ser analisados nos componentes da estrutura econômica da mesorregião Oeste catarinense, neste artigo optamos por analisar apenas os agronegócios da agricultura. Nesse sentido, tendo em vista a grande diversidade dos segmentos no interior dos agronegócios, procurou-se destacar o desempenho das atividades dentro da porteira, com ênfase para as lavouras (temporárias e permanentes²).

No recorte, considerando a mesorregião Oeste de Santa Catarina, foram selecionados os principais produtos da agricultura com representatividade na produção, levando-se em conta área colhida, quantidade produzida e valor bruto da produção (VBP³). Assim sendo, o objetivo deste artigo

Oeste, São Miguel da Boa Vista, São Miguel do Oeste, Saudades, Seara, Serra Alta, Sul Brasil, Tangará, Tigrinhos, Treze

Tílias, Tunápolis, União do Oeste, Vargeão, Vargem Bonita, Videira, Xanxerê, Xavantina, Xaxim.

_

¹ Abelardo Luz, Água Doce, Águas de Chapecó, Águas Frias, Alto Bela Vista, Anchieta, Arabutã, Arroio Trinta, Arvoredo, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Bom Jesus, Bom Jesus do Oeste, Caçador, Caibi, Calmon, Campo Erê, Capinzal, Catanduvas, Caxambu do Sul, Chapecó, Concórdia, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Coronel Martins, Cunha Porã, Cunhataí, Descanso, Dionísio Cerqueira, Entre Rios, Erval Velho, Faxinal dos Guedes, Flor do Sertão, Formosa do Sul, Fraiburgo, Galvão, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Guatambu, Herval d'Oeste, Ibiam, Ibicaré, Iomerê, Ipira, Iporã do Oeste, Ipuaçu, Ipumirim, Iraceminha, Irani, Irati, Itá, Itapiranga, Jaborá, Jardinópolis, Joaçaba, Jupiá, Lacerdópolis, Lajeado Grande, Lebon Régis, Lindóia do Sul, Luzerna, Macieira, Maravilha, Marema, Matos Costa, Modelo, Mondaí, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Novo Horizonte, Ouro, Ouro Verde, Paial, Palma Sola, Palmitos, Paraíso, Passos Maia, Peritiba, Pinhalzinho, Pinheiro Preto, Piratuba, Planalto Alegre, Ponte Serrada, Presidente Castelo Branco, Princesa, Quilombo, Rio das Antas, Riqueza, Romelândia, Saltinho, Salto Veloso, Santa Helena, Santa Terezinha do Progresso, Santiago do Sul, São Bernardino, São Carlos, São Domingos, São João do Oeste, São José do Cedro, São Lourenço do

² Esses segmentos dividem-se em: (1) pré-porteira (indústrias de bens de capital e indústrias químicas e de embalagens; (2) dentro da porteira (agropecuária, que corresponde a lavouras permanentes, lavouras temporárias, extrativismo vegetal e produção pecuária); e (3) pós-porteira (agrosserviços). Para uma tipologia da diversidade dos segmentos dos agronegócios, ver Gonçalves (2005). Como o próprio nome propõe, as lavouras temporárias são aquelas que contêm as culturas agrícolas que, dentro de um curto espaço de tempo, são plantadas e colhidas, e uma vez colhidas, não permanecem na lavoura para uma segunda colheita, como é o caso da soja, do milho, do trigo entre outras. As lavouras permanentes são as que não necessitam de um replantio para que se faça mais de uma colheita, ou seja, são cultivares agrícolas em que a planta permanece na lavoura por vários anos para diversas safras, conforme é o caso da laranja, da maçã, do caqui e de muitos outros.

³ Valor Bruto de Produção é uma expressão monetária da soma de todos os bens e serviços produzidos em determinado território econômico, num dado período. O Valor Bruto da Produção Agropecuária representa uma estimativa da geração

é identificar o comportamento, em termos de representação econômica, das principais lavouras permanentes e temporárias cultivadas na mesorregião em foco, no espaço de tempo que vai de 2000 até 2016. A escolha do período após os anos 2000 justifica-se em virtude de a economia brasileira ter desenvolvido um ciclo de crescimento condicionado por fatores internos e externos⁴.

Na elaboração do presente artigo, optou-se pela abordagem exploratória via levantamento bibliográfico e documental. Foram analisados diferentes artigos, livros e teses, visando avaliar e situar a bibliografia relativa à temática exposta. Operacionalmente, o artigo foi desenvolvido com base em fontes primárias e secundárias. O levantamento de dados estatísticos foi realizado nos relatórios da Produção Agrícola Municipal (PAM) e no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, buscaramse informações na Síntese Anual da Agricultura Catarinense (EPAGRI/CEPA) e nos relatórios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Com relação às fontes secundárias, destacam-se artigos em periódicos indexados, teses, dissertações, livros e sítios de entidades empresariais e governamentais acessados via internet.

Para alcançar o objetivo expresso no contexto apresentado, dividiu-se o artigo em três partes, além desta introdução, a saber: a primeira parte faz um breve resgate histórico da ocupação do território do Oeste catarinense até as transformações recentes ocorridas na agricultura da região; a segunda aborda aspectos relacionados ao cenário produtivo e econômico das lavouras temporárias e permanentes do local em questão; e, por fim, apresentamos as considerações finais. Tem-se ainda, para fins de orientação geográfica da área estudada, a figura 01, mostrando a mesorregião Oeste de Santa Catarina e suas principais cidades distribuídas geograficamente.

_

de renda do meio rural, revertendo em uma variável relevante para acompanhamento do desempenho do setor na sua totalidade. Além disso, o Valor Bruto da Produção Agropecuária mostra a evolução do desempenho das lavouras e da pecuária, ao longo do ano, e corresponde ao faturamento bruto dentro do estabelecimento. Esse Valor é calculado com base na produção da safra agrícola e da pecuária, e nos preços recebidos pelos produtores nas principais praças do país, dos 26 maiores produtos agropecuários do Brasil. O valor real da produção, descontada a inflação, é obtido pelo índice Geral de Precos – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Sua periodicidade é mensal,

com atualização e divulgação sempre até o dia 15 de cada mês. A estimativa do VBP é elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos e Análises (CGEA), do Departamento de Crédito e Estudos Econômicos (DCEE), da Secretaria de Política Agrícola (SPA) (BRASIL, 2015).

4 Internamente, os investimentos foram assentados em três frentes (infraestrutura, recursos naturais e consumo de massa).

Externamente, contribuíram a liquidez financeira mundial, a taxa de juros baixa no mundo, os investimentos externos diretos e a elevada demanda mundial por produtos agroalimentares e minerais (BIELSCHOWSKY, 2012). Esse ciclo, por sua vez, induziu os agronegócios catarinenses a uma nova dinâmica na divisão regional, nacional e internacional do trabalho.

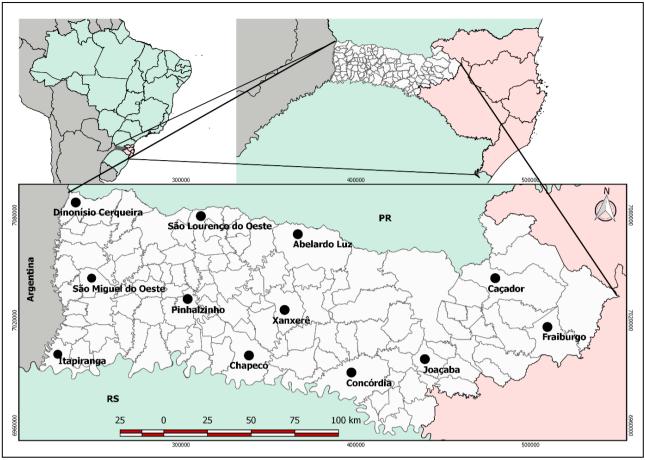


Figura 1 - Localização geográfica da mesorregião Oeste catarinense e suas principais cidades. **Fonte:** IBGE, 2010. Elaborado pelos autores.

2. DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO ÀS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NA AGRICULTURA DO OESTE CATARINENSE

A ocupação territorial do Oeste de Santa Catarina remonta à história da ocupação do estado na sua totalidade. De acordo com Peluso Jr. (1991), do ponto de vista natural, o território catarinense pode ser caracterizado por apresentar um altiplano levemente inclinado na sua porção Oeste e uma área que se desdobra numa borda do planalto até o mar, na sua porção Leste. Do ponto de vista humano, podemos usar de quatro etapas para exemplificar a ocupação do território no estado. A primeira delas é marcada por duas correntes de povoamento, começadas em meados do século XVII, com a chegada dos vicentistas paulistas, entrando pelo Norte e indo em direção ao Sul do estado; e a outra corrente de ocupação ocorreu no planalto e deslocou-se para os campos meridionais. Nesses campos, como na região de Lages, por exemplo, desde o século XVII, instalaram-se grandes instâncias de gado, que usavam os índios da região como peões "numa associação de relações feudais de propriedade e de trabalho", conforme salienta Mamigonian (1999, p. 68).

A segunda etapa de povoamento para explicar a ocupação do território de Santa Catarina ocorreu em núcleos esparsos, ainda no século XVIII, no litoral do estado. Trata-se de um sistema de colonização que contou com casais açorianos e madeireiros. De acordo com Mamigonian (1999), a

colonização no litoral de Santa Catarina configura-se na maior intervenção geopolítica e geoeconômica do governo de Portugal no Sul do Brasil, tendo criado uma forte produção agrícola, com destaque para uma fase que exportou grandes quantidades de farinha de mandioca.

A terceira etapa de povoamento, ocorrida a partir dos anos 1820, refere-se às colônias de povoamento próximo de Rio Negro e São Pedro de Alcântara. Contudo, essas colônias se firmaram somente mais tarde, a partir de 1840. Outras colônias, como a de Dona Francisca e a de Blumenau, no médio valam do rio Itajaí-Açu, também se consolidaram nesse período. Ademais, essa terceira etapa de povoamento de Santa Catarina conta com as colônias italianas que se instalaram no Sul do estado na segunda metade do século XIX.

A quarta e última etapa se refere à ocupação no Oeste do estado. Esta ocorreu no início do século XX, momento em que algumas empresas de colonização e capital comercial intensificaram a venda e loteamento de terras no Oeste catarinense. As terras do Oeste foram comercializadas em pequenos lotes, vendidos na sua grande parte aos imigrantes italianos e alemães oriundos do Rio Grande do Sul (Espíndola, 2016).

Dando ênfase ao processo de ocupação do Oeste do estado, interesse neste artigo, Pertile (2008) salienta que, após o período de comercialização das terras, logo depois, nos anos 1930 e 1940, intensificou-se, na região em tela, a derrubada da mata. Essa atividade resultou no aproveitamento comercial da madeira exportada para outros países da América do Sul, principalmente para a Argentina. A vegetação original da região contava com madeiras nobres e de bom aproveitamento na Argentina, destacando-se as Araucárias, Perobas, Angicos Vermelhos, Loros, Grápias, dentre outras. Essa madeira era transportada até a Argentina em forma de balsas, quando ocorriam as cheias do rio Uruguai.

Segundo Pertile (2008), o período marcado pela extração da madeira também foi marcado pela extração e comercialização da erva-mate. A erva-mate fazia parte da vegetação natural da região, sobretudo nos locais por onde passavam as tropas que levavam o gado do Rio Grande do Sul até São Paulo. Assim, a colheita da erva-mate, depois de passada por um processo de beneficiamento, era vendida para aos tropeiros, fazendeiros e pequenos estabelecimentos comerciais localizados próximos às áreas de extração. No entanto, os estados do Paraná e Rio Grande do Sul, além da Argentina, eram importantes compradores da erva-mate catarinense durante as primeiras décadas do século XX. Portanto, a madeira e a erva-mate foram destaques entre os produtos comerciais de Santa Catarina nesse período. Em 1920, a erva-mate correspondeu a 27% das exportações totais do estado, com a maior parte desse volume comercializado com a Argentina.

O ciclo econômico da madeira e da erva-mate foram importantes não só como atividade econômica do período, mas como atividades que serviram de base para as transformações que ocorreram nos anos seguintes. A partir de 1940, com a ocupação de boa parte das terras do Oeste

catarinense, a madeira tinha, até então, acumulado capital que posteriormente foi direcionado para outras atividades econômicas. Assim, junto com as estratégias de governo, as elites locais/regionais e, principalmente com o cenário de agricultura familiar que se desenhava na região, inúmeras culturas agrícolas e pecuárias passaram a fazer parte e, aos poucos, tornaram-se predominantes no cenário produtivo e econômico da agricultura do Oeste de Santa Catarina (Pertile, 2008; Campos, 1987).

No entanto, para compreender as transformações ocorridas na agricultura do Oeste catarinense, é preciso entender esse tema no contexto nacional. Assim como no Brasil, a modernização da agricultura no Oeste catarinense aconteceu paulatinamente, sobretudo a partir da década de 1960, com a implantação de pacotes tecnológicos e a ação das cooperativas, aliada ao uso do capital (crédito) no campo. A revolução verde ficou conhecida na literatura como uma marca a partir da qual se iniciaram os avanços na modernização da agricultura (Graziano da Silva, 1998). Com isso, na medida em que os colonos fixados nas terras do Oeste de estado foram almejando produzir para a comercialização, a modernização da agricultura apresentava-se como extraordinária ferramenta que otimizava o rendimento das práticas agrícolas, mas principalmente dava possibilidade de fazer os trabalhos agrícolas renderem mais, especialmente com a chegada das máquinas agrícolas. Atividades como plantio e colheita dos produtos, com a implementação da mecanização, passaram a ser mais rentáveis e mais rápidas, o que permitia aumentar as áreas plantadas e, consequentemente, a quantidade de produtos colhidos.

Um dado essencial a se destacar é que a modernização da agricultura no Oeste catarinense, da mesma forma que a em escala nacional, ocorreu em paralelo com o aumento do crédito subsidiado, concedido para custeio das lavouras, via Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) principalmente aquelas temporárias de produção de grãos – milho, trigo, feijão, soja, dentre outras. Dessa maneira, na medida em que a modernização do setor agrícola foi acontecendo, necessariamente novas formas de financiamento para sua difusão vinham se apresentando como fundamentais. Ademais, outras políticas de alcance macroeconômico almejavam que o Brasil não mais dependesse do mercado externo para obter produtos agrícolas. Sendo assim, a política de substituição de importações contribuía com a ideia de modernizar a agricultura, pois, com isso, o Brasil poderia se tornar autossuficiente em produtos oriundos da agricultura. Vale inferir que nessas políticas o Estado sempre atuou para nortear o processo de modernização da agricultura, visando ao alcance das metas estabelecidas.

Contudo, essa modernização ocorreu de forma desigual e em diferentes níveis de tecnificação nas pequenas, médias e grandes unidades produtivas. Graziano da Silva (1998) conclui que a modernização da agricultura não foi um processo homogêneo, tanto do ponto de vista espacial, quanto do ponto de vista das dinâmicas que o promovem, seja ainda do ponto de vista dos agricultores que foram beneficiados. Em síntese, os agricultores que tinham mais condições de se modernizar e

ampliar suas áreas agrícolas ou de investir na industrialização dos produtos eram aqueles mais capitalizados e com maior poder próprio de conseguir crédito. Esses se deram melhor e foram distintamente beneficiados pela modernização da agricultura. Assim, há outro ponto a ser destacado nesse conjunto de fatores, ou seja, a modernização da agricultura trouxe avanços importantes para o setor, mas visou, o tempo todo, à entrada do capital por todos os lados, nessa área. Com isso, determina-se que qualquer tentativa de fazer agricultura sem capital é impossível.

Além disso, a modernização da agricultura, e isso pode ser observado com nitidez no Oeste de Santa Catarina, está associada à integração das unidades produtivas — pequena, média e grande — às redes de produção locais e extralocais. Esse sistema de integração é voltado para a compra e venda de produtos industrializados, adequando-se às demandas e exigências do mercado nacional e internacional de alimentos processados. Dessa forma, a especialização produtiva da região Oeste do estado, no setor em foco, passa a ser um dado concreto, como veremos no próximo tópico. No entanto, essas mudanças foram, em grande parte, decorrentes das injeções de crédito feitas pelo Estado ao longo dos anos. De acordo com os dados do Banco Central, em 1995 o crédito concedido para a agricultura no Brasil foi de R\$ 38 bilhões, tendo saltado para R\$ 165 bilhões em 2016.

É de suma importância lembrar que a elevação do crédito concedido pelo Estado não é um fator que responde de forma isolada pelos avanços ocorridos no setor. A agricultura brasileira é parte dinâmica da economia nacional. Rangel (2012) e Graziano da Silva (1998) ressaltam que o desenvolvimento do motor econômico brasileiro fez com que a agricultura fosse vista como um setor estratégico para o crescimento da economia. Nessa perspectiva, tendo em conta que o Oeste catarinense é caracterizado pela pequena propriedade rural e por possuir um relevo irregular, a região se transformou numa importante produtora agrícola. As terras férteis e o clima favorável, além dos motivos já citados, impulsionaram os agricultores a produzir diversas culturas agrícolas, tanto temporárias, quanto permanentes.

Nessa direção, o tópico a seguir apresenta o cenário produtivo das lavouras temporárias e permanentes do Oeste catarinense.

3. CONFIGURAÇÕES PRODUTIVAS E GEOECONÔMICAS DAS LAVOURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES NO OESTE CATARINENSE

Abordar as cadeias produtivas da agricultura (milho, soja, feijão, trigo, etc.) sem levar em conta, diretamente e ao mesmo tempo, as cadeias produtivas da pecuária (bovinos, suínos, aves, leite, etc.), pode ser um tanto difícil; no entanto, neste tópico tratamos de fazer um esforço em abordar a performance produtiva especificamente das lavouras temporárias e permanentes da agricultura do Oeste catarinense. Com isso, não quer dizer que estamos descartando a inter-relação existente, tanto em termos de consumo quanto em termos de produção, entre as cadeias produtivas da agricultura e

da pecuária do Oeste catarinense. Nesse intuito, quando olhamos para os dados totais da agropecuária do estado de Santa Catarina, podemos dizer que houve, no período de 2002-2011, uma redução de 3% na participação desse setor no PIB estadual. No entanto, os dados da Epagri/Cepa (2017) mostram que o Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária do estado cresceu de R\$ 11,7 bilhões para R\$ 29,4 bilhões no período de 2003-2016.

Ademais, em 2015 o valor gerado na agropecuária de Santa Catarina foi responsável por 5,5% de todo o valor gerado no agronegócio brasileiro. Quando focamos apenas nas lavouras temporárias e permanentes do estado de Santa Catarina, o VBP dessas lavouras foi responsável, em 2015, por 3,6% do total gerado nas lavouras temporárias e permanentes do Brasil (BRASIL, 2015). Esses dados de proporção territorial macro, isto é, sobre o estado de Santa Catarina e sua representação em nível de Brasil, servem para embasar o foco neste texto, ou seja, a dinâmica produtiva das lavouras temporárias e permanentes da mesorregião Oeste de Santa Catarina.

A força dos agronegócios do Oeste de Santa Catarina ligados ao cultivo de lavouras agrícolas em caráter temporário e permanente pode ser identificada nos dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) disponibilizados pelo IBGE. Nesse sentido, para melhor análise dos dados, dividimos o cenário agrícola da região em análise em lavouras temporárias e lavouras permanentes. Salientamos que em ambos os cenários levamos em consideração a quantidade produzida em toneladas, a área colhida em hectares e o valor bruto de produção em mil reais. Na Tabela 1, apresentam-se os dados das lavouras temporárias e, na Tabela 2, expõem-se os dados das lavouras permanentes, ambas contabilizando somente os totais da mesorregião Oeste.

Dessa forma, como aponta a Tabela 1, nota-se uma diminuição de 35% de área colhida das principais lavouras temporárias no período de 2000-2016. As culturas que demonstraram, nesse período, diminuição de área colhida foram: abacaxi, amendoim, arroz, aveia, cana-de-açúcar, feijão, fumo, mandioca, melancia, melão e milho. A cultura do arroz chama a atenção pela abrupta diminuição de área colhida, tendo saído de mais de 8 mil hectares em 2000 para apenas 192 hectares em 2016. No entanto, embora a minoria das culturas tenha apresentado diminuição nas áreas colhidas, algumas delas tiveram aumento na área colhida, sendo elas: alho, batata-doce, batata-inglesa, cebola, soja, tomate, trigo e triticale. O destaque se dá sobre a cultura da soja, que, em 2000, teve de área colhida mais de 131 mil hectares, tendo atingido mais de 337 mil hectares de área colhida de soja, em 2016.

Já, para a quantidade produzida, Tabela 1, é possível perceber que, mesmo tendo ocorrido forte queda na área colhida desses produtos, a quantidade produzida, em toneladas, no geral, não apresentou diminuição. Entre os anos de 2000 e 2016, houve um acréscimo de pouco mais de 5% na quantidade produzida nas lavouras temporárias do Oeste catarinense. As culturas de abacaxi, alho, amendoim, aveia, batata-doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, melancia, soja, tomate, trigo e

triticale tiveram acréscimos na quantidade produzida. As culturas de alho, batata-doce, batata-inglesa, cebola, trigo e triticale mais que quadruplicaram suas produções em toneladas no referido período. Por outro lado, as culturas de arroz, mandioca, melão e milho tiveram diminuição na quantidade produzida. É essencial dizer, embora não tenham sido abordados os dados sobre produtividade, que o fato de algumas culturas, como é o caso do milho, terem apresentado queda na produção, isso não ocorre por ter sido reduzida a produtividade, mas sim em razão da forte queda de área cultivada.

Embora a área total colhida e a quantidade produzida de algumas culturas tenham diminuído no Oeste catarinense, no período entre 2000-2016, quando olhamos para as colunas do valor da produção (Tabela 1), apenas a cultura do arroz sofreu diminuição – o que se justifica pela significativa redução na área colhida e quantidade produzida. No total, o intervalo do período analisado apresentou um aumento de 374% no valor da produção das culturas que aparecem na Tabela 1. Obviamente esse salto ocorre, em grande medida, em virtude da alta dos preços dos produtos em geral, principalmente soja, milho, trigo, cebola e tomate. Nesse sentido, outro aspecto que chama a atenção é a significativa participação de algumas culturas agrícolas temporárias no valor de produção dessas culturas no total do estado de Santa Catarina. Culturas, como abacaxi, amendoim, aveia, cana-de-açúcar, melão, milho, soja, tomate, trigo e triticale, representam, no seu VBP do Oeste catarinense, mais de 50% do total estadual. As culturas de amendoim e triticale, embora tenham um baixo valor de produção, são 100% cultivadas somente na mesorregião Oeste do estado.

Tabela 1 - Quantidade produzida, área colhida e valor da produção das lavouras temporárias da mesorregião Oeste de Santa Catarina, nos anos 2000 e 2016.

Produtos	Quantidade produzida (Toneladas)		Área colhida (Hectare)		Valor da produção (Mil R\$)		Participação na produção estadual (VBP)
	2000	2016	2000	2016	2000	2016	2016
Abacaxi	124	162	13	6	66	259	62,4%
Alho	2.289	8.690	479	763	4.987	82.162	39,5%
Amendoim	248	292	157	112	73	1.059	100%
Arroz	13.613	315	8.019	192	2.275	602	0,6%
Aveia	8.293	12.962	10.240	9.835	2.376	9.956	69,7%
Batata-doce	497	4.329	56	262	175	5.153	12,7%
Batata-inglesa	6.344	69.450	789	2.018	882	85.638	31,7%
Cana-de-açúcar	146.900	180.175	4.907	3.101	6.754	42.212	57%
Cebola	7.339	71.731	651	2.526	1.318	138.538	20,7%
Feijão	96.736	48.523	110.031	25.691	42.217	143.692	41,4%
Fumo	40.800	21.872	22.649	13.054	72.268	189.409	10,6%
Mandioca	179.082	108.279	9.774	5.509	35.581	46.233	30%
Melancia	4.033	10.625	858	714	3.830	7.484	19,6%
Melão	568	273	97	50	444	571	97%
Milho	2.260.526	1.521.516	557.130	207.250	400.139	951.861	58,1%
Soja	309.962	1.050.827	131.272	337.600	86.122	1.269.869	48,9%
Tomate	39.975	95.043	669	1.381	6.869	142.061	51,2%
Trigo	27.602	116.813	19.383	36.097	4.890	64.728	55,9%
Triticale	0	1.621	0	834	0	674	100%
Total	3.144.931	3.323.498	877.174	646.995	671.260	3.182.161	

Evolução no	5,67%	-26,2%	374%	
período 2000/2016	3,0770	-20,2 70	3/4/0	

Fonte: Epagri/Cepa, 2017.

É correto inferir ainda, sobre a Tabela 1, que a redução da área plantada de milho em mais de 300 mil hectares no Oeste catarinense, combinada com a queda da produção em mais de 700 mil toneladas e o aumento do consumo pela avicultura, suinocultura e bovinocultura de leite, ampliou o déficit de milho na referida mesorregião. Segundo Marcondes (2016, p. 19), a maior parte da área que deixou de ser ocupada com a produção de milho, "passou a ser utilizada para o plantio da soja; outra parte passou a ser usada para o plantio de milho para silagem; enquanto o restante simplesmente deixou de ser utilizado para a produção de grãos".

Em contrapartida, como aponta a Tabela 1, a área colhida de soja foi ampliada de pouco mais de 130 mil hectares para mais de 337 mil hectares. Esse aumento se dá, em grande medida, em virtude da abertura comercial da soja com os países asiáticos, principalmente, pela ampliação do seu uso no mercado interno e pelo aumento dos preços do produto. Esses motivos atraíram os agricultores a cultivarem, com maior extensão de área, a cultura da soja em detrimento da cultura do milho. Ademais, dentro do quadro de dados geral apresentado na Tabela 1, vale salientar que a diminuição de 25% na área colhida das principais lavouras temporárias do Oeste de Santa Catarina, no período compreendido entre 2000-2016, não representou redução na quantidade produzida e tampouco no valor da produção. Com isso, presume-se que, no geral, o rendimento médio colhido por hectare teve crescimento, haja vista que a decréscimo da área colhida não significou diminuição da quantidade colhida. No caso do valor da produção, a subida dos preços dos produtos é o motivo principal pelo crescimento de mais de 300% no período analisado, considerando a mesorregião Oeste de Santa Catarina.

No que se refere aos dados sobre as lavouras permanentes da mesorregião investigada, num comparativo com os dados das lavouras temporárias, pode-se afirmar que, em termos de importância na quantidade produzida, na área colhida e no valor de produção, as lavouras temporárias apresentam números majoritariamente superiores às permanentes. Enquanto a quantidade produzida nas lavouras temporárias teve um aumento de 5,7% no espaço de tempo entre os anos 2000-2016, nas permanentes houve uma diminuição de mais de 91%. Na área colhida, referindo-se ao mesmo período, nas lavouras temporárias houve uma diminuição de 26%, enquanto nas lavouras permanentes a diminuição foi de 41% na área colhida. Além disso, o valor da produção dos produtos da lavoura temporária, no período de 2000-2016, apresentou um aumento de 374%, ao passo que as permanentes apresentaram um acréscimo de apenas 45%. Portanto, os dados mostram a superioridade das culturas temporárias em relação às culturas permanentes no Oeste catarinense.

No entanto, não quer dizer que as culturas da lavoura permanente, apresentadas na Tabela 2, não tenham sua importância econômica para a região. Por outro lado, não podemos deixar de falar que nesses dezesseis anos de período analisado, as lavouras permanentes diminuíram sua quantidade produzida e área plantada, ao passo que tiveram um aumento tímido no valor de produção – 45% conforme dados da Tabela 2. Na quantidade produzida, a Tabela 2 mostra que, com exceção da banana, todas as demais culturas tiveram queda na produção em toneladas. Chama a atenção a cultura da maçã, que, em 2000, tinha mais de 1,8 milhão de toneladas produzidas, tendo reduzido para apenas cerca de 115 mil toneladas em 2016. Considerando o total da quantidade produzida, houve uma diminuição de mais de 90%, tendo saído de mais de 2,8 milhões de toneladas em 2000, para apenas pouco mais de 140 mil toneladas em 2016.

A propósito da área colhida das lavouras permanentes, apenas as culturas da uva e caqui apresentaram crescimento. No geral, ouve um decréscimo de 41% de área colhida das referidas lavouras na mesorregião Oeste catarinense, tendo saído de mais de 33 mil hectares, em 2000, para pouco mais de 19 mil hectares, em 2016. Comparando esses dados com os da quantidade produzida, podemos dizer que há algum tipo de ineficiência em algumas lavouras temporárias, pois, no caso da cultura da uva, por exemplo, a área colhida apresentou um aumento, mas a quantidade produzida teve uma queda. Isso se dá, geralmente, por causa de eventos climáticos que prejudicam a produção ou pela falta de investimento nas lavouras, sobretudo quando se trata de pesquisa e materiais/cuidados adequados que as culturas necessitam para ter um bom desempenho na produção.

O valor da produção das lavouras permanentes do Oeste catarinense, no seu total apresentado na Tabela 2, mostra um aumento de 45%. As culturas de banana, caqui, erva-mate, limão, maçã, pera, pêssego, tangerina e uva apresentaram aumento no valor da produção, considerando o intervalo de tempo entre 2000-2016. Já as culturas de abacate, figo, goiaba e laranja apresentaram queda no valor da produção, considerando o mesmo intervalo de tempo. O fato de algumas culturas terem apresentado redução na área colhida e na quantidade produzida não se converteu em queda no valor da produção. Isso ocorre devido à elevação dos preços dos produtos ao longo do período analisado. Assim, mesmo que a área e a produção em toneladas tenham diminuído, não necessariamente significa que o valor da produção terá caído. No entanto, de modo geral, os dados da Tabela 2 não deixam de transparecer o abandono que o cenário agrícola do Oeste catarinense vem apresentando no que se refere ao cultivo das culturas permanentes. Embora o caqui, erva-mate, figo, pêssego e uva produzidos nessa região somem, em valor de produção, mais de 50% do total produzido no estado de Santa Catarina, são cultivares que vêm apresentando queda na representatividade da agricultura do Oeste catarinense.

Tabela 2 - Quantidade produzida, área colhida e valor da produção das lavouras permanentes da mesorregião Oeste de Santa Catarina, nos anos 2000 e 2016.

Produtos	Quantidade produzida (Toneladas)		Área colhida (Hectare)		Valor da produção (Mil R\$)		Participação na produção estadual (VBP)
	2000	2016	2000	2016	2000	2016	2016
Abacate	194	16	10	2	14	13	28,2%
Banana	27	1.415	27	51	20	1.680	0,34%
Caqui	8.200	1.507	125	180	636	2.884	60,7%
Erva-mate	59.714	55.781	9.801	8.626	8.909	34.659	58,4%
Figo	3.884	82	50	22	308	237	57,8%
Goiaba	500	6	5	1	50	18	7,2%
Laranja	668.424	29.431	9.600	1.825	24.662	8.277	35,3%
Limão	890	200	30	20	17	150	41,2%
Maçã	1.835.376	114.963	7.956	3.532	149.031	189.193	22,3%
Pera	2.721	113	38	14	230	244	1,9%
Pêssego	204.655	12.678	2.656	1.272	14.711	26.023	84,9%
Tangerina	19.136	3.182	370	271	906	1.530	11,3%
Uva	34.222	22.634	2.525	3.445	11.035	42.013	61,3%
Total	2.837.943	242.008	33.193	19.261	210.529	306.921	
Evolução no período 2000/2016	-91,4%		-41%		45%		

Fonte: Epagri/Cepa, 2016.

Nesse sentido, a discrepância existente entre lavouras temporárias e lavouras permanentes é um fato marcante, qual seja, a superioridade da área colhida, quantidade produzida e valor da produção das lavouras temporárias sobre as lavouras permanentes. Em alguma medida, isso ocorre porque com as lavouras temporárias é possível usar a mesma área de terra para mais de uma finalidade durante o ano, ao passo que, para as culturas permanentes, isso não é possível. Por essa razão, economicamente o retorno ao agricultor da lavoura temporária é mais rápido; no caso de perda na produção, é possível pensar em alternativas para recuperar esses prejuízos, em menos tempo hábil.

Por outro lado, faltam políticas públicas para fomentar o cultivo das culturas permanentes, ao passo que, para as culturas temporárias, especialmente soja, milho e trigo, há uma diversidade de crédito disponível, isto é, formas de financiamento, para o cultivo dessas lavouras. Contudo, a falta de incentivo estatal é presente tanto nas culturas temporárias quanto nas permanentes, no que se relaciona à industrialização, ou seja, ao processamento desses produtos. No geral, o Oeste catarinense conta com pouca indústria de transformação desses produtos, pois que as indústrias de transformação que existem, como BRF, Coamo, Aurora, JBS, dentre outras, possuem uma finalidade préestabelecida para a produção.

A finalidade dessas grandes indústrias é para atendimento da demanda nas suas próprias unidades processadoras, o que atinge apenas os agricultores integrados às suas lógicas de produção. Com isso, a maior parcela dos produtores, que não são integrados, fica sem alternativas e incentivo para produzir. Por essas razões, incentivar, política e economicamente o processamento desses produtos, por meio da pulverização no território das unidades processadoras da produção, pode

significar uma alternativa viável de atração dos agricultores para o cultivo dessas culturas. Vale lembrar que, para o agricultor, a razão principal para produzir determinado produto está na condição de que tal produção se constitua numa atividade rentável.

Na Figura 02, pode-se observar a variação do valor da produção, considerando o período do ano 2000 até 2016. Em termos gerais, podemos dizer que, a partir de 2008, o valor da produção da soja começa a subir ininterruptamente, e, a partir de 2013, ultrapassa o milho e segue num crescente até 2016. Do ano 2000 até 2013, conquanto o milho fosse o principal produto do Oeste catarinense em valor de produção, passou por variações que alternaram entre aumentos e declínios ao longo do tempo. Marcondes (2016) esclarece que as baixas no valor da produção do milho se devem à diminuição da área plantada e ao aumento dos produtores que passaram a cultivar o milho para fazer silagem; mas também aos longos períodos de falta de chuva na primavera e no verão, ocorridos sobretudo nos anos 2002, 2006 e 2012. Embora o milho tenha perdido espaço para a soja, continua sendo a segunda cultura mais importante do Oeste de Santa Catarina em termos de valor de produção (Figura 02).

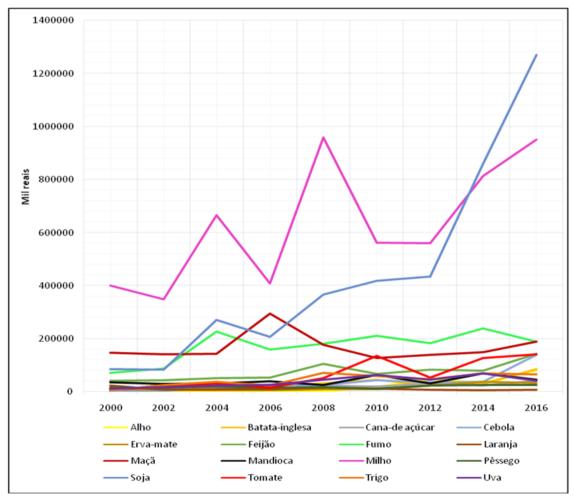


Figura 02 - Valor da produção das principais lavouras temporárias e permanentes do Oeste de Santa Catarina em mil R\$ (2000-2016).

Fonte: Epagri/Cepa, 2017.

Para os demais produtos, como pode ser analisado na Figura 02, podemos destacar o valor da produção no ano de 2016 de uma cultura permanente e quatro culturas temporárias. Da cultura permanente, a maçã chegou a ocupar, em 2006, a segunda posição no valor da produção no Oeste catarinense. Em 2016, a maçã dividiu posição, considerando dados da Figura 02, com o fumo. Este, por sua vez, em 2000, era a quarta principal cultura do Oeste catarinense e, no ano mais recente da Figura 02, é a terceira, atrás da soja e do milho. Além desses, vale destacar que as culturas de tomate, cebola e feijão formam um conglomerado no ano de 2016 com valores de produção para o Oeste catarinense bastante parecidos. Assim, o tomate, a cebola e o feijão disputam a quinta colocação na importância do valor da produção de todas as principais lavouras temporárias e permanentes do Oeste catarinense. As culturas como batata-inglesa, trigo, uva, mandioca, erva-mate, pêssego e laranja não apresentaram grandes variações, negativas ou positivas, no período mencionado. Além disso, chama a atenção que, exceto para o caso da maçã, as seis principais culturas produzidas na agricultura do Oeste catarinense pertencem à lavoura temporária.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mesorregião Oeste de Santa Catarina, desde o início da sua formação econômica, foi marcada pela presença da agricultura. Num primeiro momento, nos primeiros anos do século XX, a agricultura era de subsistência e de troca, sendo sua importância econômica ainda limitada. Nas décadas de 1930 e 1940, a madeira e a erva-mate foram os principais produtos econômicos da região. No entanto, o capital acumulado no período da erva-mate e da madeira serviu de base para os colonos investirem nas atividades ligadas à agropecuária. Essas, por sua vez, começaram a ganhar maior destaque a partir das décadas de 1950 e 1960.

A característica agrícola que se fez presente no Oeste catarinense desde o período da colonização contribuiu significativamente para que no período recente as atividades agrícolas ganhassem maior imponência no cenário produtivo e econômico da região. As lavouras temporárias e permanentes, no entanto, ocupam uma importância econômica bastante diferenciada. No período que se levou em conta para o levantamento dos dados, isto é, dos anos 2000 até 2016, podemos dizer que as lavouras temporárias, em termos de área colhida (hectares), quantidade produzida (toneladas) e valor da produção (mil R\$); são majoritariamente superiores às lavouras permanentes. Considerando apenas o valor de produção em mil reais, dos sete principais produtos do Oeste catarinense, seis são da lavoura temporária (soja, milho, fumo, tomate, feijão, cebola) ao passo que apenas a mação pertence à classe das lavouras permanentes.

Além disso, as lavouras permanentes apresentaram, no período 2000-2016, diminuição na área colhida (-41%) e na quantidade produzida (-91%), ao passo que o total do valor da produção em

mil reais obteve um crescimento de 45%. Esse crescimento do valor da produção, em disparidade com a diminuição da quantidade produzida e área colhida se dá principalmente em razão da subida de preços dos produtos. De todas as culturas das lavouras permanentes (abacate, banana, caqui, ervamate, figo, goiaba, laranja, limão, maçã, pera, pêssego, tangerina, uva), apenas as culturas de banana, caqui e uva não apresentaram diminuição na área colhida. Na quantidade produzida, somente a cultura da banana não apresentou recuo. Esses dados permitem dizer que não houve investimento em tecnologia nas lavouras permanentes do Oeste catarinense, haja vista que a redução dos números da quantidade produzida de cada cultura não ocorreu somente por causa do recuo da área colhida, mas também em razão do retrocedo na produtividade das culturas.

Por outro lado, as lavouras temporárias apresentaram recuo apenas na área colhida, o que não repercutiu na quantidade produzida e no valor da produção. Em termos de área colhida, apenas as culturas de alho, batata-doce, batata-inglesa, cebola, soja, tomate, trigo e triticale não apresentaram diminuição. No entanto, em termos de quantidade produzida em toneladas, exclusivamente as culturas de arroz, feijão, fumo, mandioca e milho apresentaram diminuição. No valor da produção, só o arroz apresentou recuo. Nesse sentido, é notável a relevância das lavouras temporárias no Oeste catarinense, em detrimento das lavouras permanentes.

A facilidade de tecnificação das lavouras temporárias, sobretudo as de soja, milho e trigo, é um fator que justifica a superioridade das culturas temporárias. Ademais, do ponto de vista da viabilidade econômica dos agricultores, o mercado e os preços das lavouras temporárias, embora estejam constantemente sujeitos a variações, nos últimos anos têm estado mais favoráveis, o que os atrai para seu cultivo. Por outro lado, a falta de incentivos públicos para o cultivo das lavouras permanentes é considerável. Somado a isso a dificuldade do cultivo das lavouras permanentes, em virtude da maior atenção do agricultor que elas necessitam — devido a maior presença de pragas —, a falta de mercado e da indústria de transformação para as culturas permanentes, acabam fazendo com que os números de área colhida, quantidade produzida e valor da produção das sejam expressamente inferiores, se comparados aos números das lavouras temporárias.

Portanto, o Oeste catarinense tem potencial, vale dizer, possui condições climáticas, solo adequado e agricultores para o cultivo de mais de vinte tipos de lavouras temporárias e permanentes. Todavia, nota-se que, paulatinamente, as culturas das lavouras permanentes vêm perdendo espaço no cenário agrícola da região. Ainda assim, a região Oeste catarinense é responsável, tendo em conta os dados apresentados nas tabelas 1 e 2, por 40,5% de toda a produção agrícola catarinense (considerando o valor da produção de 2016). Desse modo, o Oeste catarinense confirma-se como a região que concentra maior parte da produção agrícola do estado, entre lavouras temporárias e permanentes. Ao mesmo tempo, nota-se uma diversificação produtiva, ao identificarmos mais de trinta tipos de lavouras, entre temporárias e permanentes, com maior importância econômica. No

entanto, essa diversificação vem perdendo espaço para uma especialização produtiva, na medida em que se nota uma significativa redução no cultivo de algumas lavouras, como é o caso do arroz, em paralelo a um significativo aumento no cultivo de outras lavouras, conforme é o caso da soja.

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de Desenvolvimento e as Três Frentes de Expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, 2012.

BRASIL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Estatísticas de comércio exterior do agronegócio brasileiro. 2015. Disponível em: http://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages. Acesso em: 27 ago. 2018.

CAMPOS. I. **Os colonos do Rio Uruguai**: relação entre a pequena produção e a agroindústria no Oeste Catarinense. 1987. 370 f. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1987.

EPAGRI/CEPA. Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. Síntese Anual da Agricultura Catarinense 2004; 2009; 2017. Disponível em: http://www.epagri.sc.gov.br. Acesso em: 18 ago. 2018.

ESPÍNDOLA, C. J. As duas macroformações socioespaciais do Sul do Brasil na gênese da indústria de carnes. **Ensaios FEE**, v. 37, p. 715-738, 2016.

GONÇALVES, J. S. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. **Informações econômicas**, São Paulo, v. 35, p. 7-36, 2005.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: UNICAMP IE, 1998, 217p.

IBGE. **Produto interno bruto dos municípios**: 2010 / IBGE, Coordenação de Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros. Acesso em: 23 ago. 2018.

IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse. Acesso em: 25 ago. 2018.

MAMIGONIAN, A. As conquistas marítimas portuguesas e a incorporação do litoral de Santa Catarina. In: ANDRADE, M. C.; FERNANDES, E. M.; CAVALCANTI, S. M. (Org.). **O mundo que o português criou: Brasil:** século XVI. Recife: CNPq/FJN. P. 1-6.

MARCONDES, A. Agropecuária em Santa Catarina: Cenário atual e principais tendências. **Revista NECAT**, v. 5, n, 9, p. 8-38, 2016.

PELUSO JUNIOR, V. Aspectos Geográficos de Santa Catarina. 1. ed. Florianópolis: FCC/EDUFSC, 1991. 284p.

PERTILE, N. Formação do Espaço Agroindustrial em Santa Catarina: O Processo de Produção de Carnes no Oeste Catarinense. 2008. 321 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

RANGEL, I. Dualidade básica da economia brasileira. In: RANGEL, I.; BENJAMIN, C. (Org.). **Obras Reunidas.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. P. 285-356.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 54, p. 81-99, 1977.

Trabalho enviado em 23/09/2018 Trabalho aceito em 07/02/2019